

Bíblia e História

Traduções de Bíblia no pensamento europeu: as traduções ibéricas*

MARIANNE BAKUCZ**



O objectivo deste artigo é o estudo do papel das traduções da Bíblia numa perspectiva histórica: observar a maneira como as traduções emergiram nas várias épocas e a sua função nos diferentes períodos e diferentes países. Susan Bassnett afirma, "the history of the Bible translation is accordingly a history in microcosm."¹ Neste sentido, estudamos a tradução bíblica como um acto de transculturação, colocando a génese e a função da tradução em contexto histórico, observando as relações entre o original e as traduções feitas a partir deste; os intercâmbios entre as diversas traduções e os efeitos que elas exerceram nas culturas de chegada, ou seja, estudamos a tradução e a tradução bíblica como um diálogo entre culturas (*cross-cultural communication*).

Steiner, em *After Babel* aponta ao paradoxo que está presente desde o início na argumentação e discussão à volta da tradução dos textos sagrados: "So far as speech is divine and numinous, so far as it encloses revelation, active transmission either into the Vulgate or across the barrier of language, is dubious."² Podemos traçar, a partir daí o binómio determinante do discurso sobre a tradução bíblica, ou seja, a imediatez do *Logos*, autenticidade da palavra não mediada *versus* mediação, transcrição interpretativa. Ao mesmo tempo, a tradução é uma actividade salvífica, a tradução pela unificação das línguas promove a percepção: "As the Fall may be understood to contain the coming of the Redeemer, so, the scattering of tongues at Babel has in it, in a condition of [...] moral and practical potentiality, the return to linguistic unity, the movement towards and beyond Pentecost. Seen thus, translation is a teleological imperative [...]. Every transla-

* Versão escrita abreviada da apresentação da conferência *As religiões e o papel da Igreja na formação das sociedades da Europa e do Novo Mundo*, 8 de Abril de 2002, Szeged.

** Mestranda, Universidade Católica Portuguesa.

¹ S. Bassnett, *Translation studies*. London-New York 1991², 46.

² G. Steiner, *After Babel*. Oxford 1998², 251.

tion, urged Franz Rosenzweig, is a messianic act which brings redemption nearer."³

Resumindo, Steiner aponta um paradoxo da tradução dos textos sagrados: por um lado, a tradução pode interferir no texto, adulterá-lo, falsificar o seu significado, por outro lado, a tradução faz parte do plano divino da redenção. Por outro lado, como vemos em Bassnett,⁴ a tradução bíblica tem um aspecto prático, é um meio imprescindível da evangelização, da propagação do cristianismo; como Steiner aponta, a teoria e prática da tradução europeia advém da necessidade da disseminação da Boa Nova em várias línguas.

O paradoxo da tradução aparece no artigo de Rosenzweig sobre Lutero: "Translating means serving two masters" inicia Rosenzweig, parafraseando o Sermão da Montanha (Mt. 6, 24), ou seja, a tradução é impossível e indispensável ao mesmo tempo. É uma missão impossível ao nível individual mas é viável ao nível da comunidade – "it is ... everyone's task in practice."⁵ Segundo o pensamento de Rosenzweig, na tarefa da tradução dos textos sagrados está envolvida toda a comunidade linguística, bem como a comunidade religiosa.

A questão da língua é inseparável da tradução: como cada acto de compreensão tem de se apropriar numa outra entidade, não há compreensão sem objecto, analogamente, sempre se traduz alguma coisa para uma outra, de uma língua para outra. Na história da tradução bíblica torna-se manifesto o *status quo* linguístico das épocas diferentes, bem como as suas alterações, como p. ex. a recessão do grego a favor do latim, a situação das línguas de prestígio versus vernáculos, ou a ascensão destes últimos na era moderna.

Outra questão incontornável em relação à tradução bíblica é a questão do cânone. A palavra *κωνων*, oriunda etimologicamente da *κωννα*, cana, significando vara de medir ou regra, aparece utilizada tanto em contexto sacro, como profano. No contexto bíblico, o cânone significa a lista dos escritos compostos sob inspiração divina. O termo foi registado pela primeira vez no concílio de Laodicea, falando da *κωνωνικα βιβλια*, no séc. IV, já no sentido de uma colecção de textos definida e regularizada, os quais são oficialmente sentenciados de terem qualidade divina e normativa. Logo, a canonicidade é correlativa com a inspiração, tendo a dignidade que pertencem a escritos que eram oficialmente declarados de origem sagrada. É considerado que os apóstolos legaram o cânone à Igreja constituindo este parte da *depositum fidei*. A mais explícita definição do cânone católico é a do Concílio de Trento, de 1546; os decretos tridentinos foram a os primeiros pronunciados considerados infalíveis e promulgados efectivamente.

Uma questão que é inseparável da canonicidade, é a da autoridade, e ao fim e ao cabo, a do poder: qual é a entidade que estabelece o cânone, quem autentica o texto original assim como a tradução, questões essas que emergiram de uma maneira violenta na época da reforma que punha em questão a autoridade da

³ Steiner, *After Babel*, 256.

⁴ Bassnett, *Translation studies*, 45.

⁵ F. Rosenzweig, *Die Schrift und Luther*. Berlin 1926, 47.

Igreja romana em determinar a canonicidade, ou a autenticidade única da *Vulgata*.

Gostaria de dar um breve panorama em torno destas questões, examinando as traduções bíblicas na Península Ibérica até a Idade Moderna, segundo estes critérios.

Versões ibéricas

As traduções ibéricas apresentam algumas características específicas advindas das condições históricas da Península. Uma destas é a presença da comunidade judaica desenvolvida na Península, logo, a presença do texto bíblico em hebraico e o número relativamente elevado das pessoas com conhecimentos linguísticos e exegeticos nesta língua. Daí resulta o número elevado das traduções feitas diretamente a partir do hebraico. A outra característica é o multiculturalismo existente no Sul da Península durante o período muçulmano, a coexistência e intercâmbio entre árabes, cristãos e judeus, o que resultava num clima favorável para trocas culturais, manifesto, p. ex. na existência de várias escolas de tradução. Se estes dois factores agem a favor das traduções bíblicas, o terceiro age no sentido oposto: o impacto reduzido que a Reforma teve nos países ibéricos explica o baixo número das traduções protestantes da Bíblia.

Traduções bíblicas em Espanha

A primeira Bíblia em espanhol apareceu em Valencia, em 1478.

Existem vários manuscritos de traduções bíblicas em espanhol antigo (p. ex. Bíblia Alfonsina, alguns dos quais traduzido do hebraico. A versão da Bíblia em catalão (1417) foi a obra do general da Cartuxa, Bonifácio Ferrer, irmão de S. Vicente de Ferrer, OP. A versão do NT traduzido por Francisco de Enzinas, editada em Antuérpia, em 1543, foi usada mais tarde pela British and Foreign Bible Society. A versão completa da *Vulgata* é a obra de Cassiodoro Regua (Basileia, 1596), revista por Cipriano de Valera (Mastreado, 1602).

A versão luterana chamada Bíblia del Oso foi editada por Juan de Valdez (Basileia, 1567–1569). A Bíblia de Ferrara era a Bíblia judaica: uma versão espanhola traduzida do hebraico por Abraão Usque, um judeu de origem portuguesa, que sob um pseudónimo organizou igualmente uma edição para cristãos que obteve uma reputação considerável.

Bíblias portuguesas

Em contraste com o que acontece noutras regiões da Península em que as Bíblias *romanizadas* são relativamente abundantes, e apresentam a particularidade de serem feitas a partir do hebraico, os testemunhos em língua portuguesa são escassos, tardios e feitos a partir de línguas não originais, ou a partir do latim. A escassez das traduções portuguesas é tanto mais de notar, quanto a presença da Bíblia latina é uma constante em toda a Idade Média em Portugal, e em torno do texto bíblico se gerava uma relação afectiva intensa, derivada não apenas do contexto litúrgico, mas também das práticas devotas. Esta familiaridade com

a Bíblia começava já na escola, já que o Saltério era o livro que se utilizava para o efeito da aprendizagem da leitura.

A falta de texto em português pode ser atribuída a vários factores. O primeiro radica na ausência de centros culturais dinamizadores como era, p. ex. em Espanha, a escola de tradução de Toledo. O segundo factor era o enquadramento da utilização da Bíblia: a comunidade judaica servia-se do texto original, isso terá contribuído para o prestígio da *Vulgata* a que recorriam os eruditos, pelo que terá ficado para segundo plano a fixação e uso de um texto em português.

A falta do texto português poderá ser atribuído ao facto de a tradução ser suprida de algum modo, pela liturgia, através da pregação em vernáculo. Por outro lado, a educação em latim mantinha a familiaridade com as leituras bíblicas. Outro factor ainda poderá ser a falta de movimentos de espiritualidade que requeressem o texto em vernáculo. As primeiras traduções emergem, porém, no contexto de um movimento fomentado pela ordem dos pregadores: a tradução de alguns versos da Bíblia num texto anónimo, provavelmente do séc. XIII, o *Livro da crença cristã*, onde em paralelo com o texto hebraico e latim, dá-se também a tradução portuguesa das citações bíblicas. Algumas vezes, a falta de traduções portuguesas era suprida por outras em castelhano. Podíamos contar entre as substituições várias histórias bíblicas: a *Bíblia historiada de Alcobça (Historias d'abreviado Testamento Velho, segundo o meestre das historias escolasticas...)*, ou o *Livros das estorias da blúvia....* Talvez fosse pelo hábito de ouvir o texto bíblico acompanhado de comentários morais e espirituais, durante o período medieval, a tradução directa da Bíblia cedeu lugar a formas parafrásticas no decurso de séc. XV, como a *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, traduzido por Valentim Fernandes, ou a *Postilla super epistolas et evangelia*, de Guilherme de Paris, editada no Porto em 1497 sob o título de *Evangelhos e epistolas com as suas exposições em romance*, traduzido, provavelmente, por Rodrigo Alvares, não do original, mas da versão castelhana de Garcia de Santa Maria. As traduções eram destinadas, como se lê nas advertências do colofon ou do prómio, a que desconhecesse a língua latina.⁶ Na base destas edições encontramos as correntes de devoção vindas da Europa, às quais devemos atribuir o empenho dos primeiros impressores portugueses. Se o período humanístico significou um mais largo conhecimento do latim, não obstante com a intenção de regressar aos textos originais, patente em posições de humanistas e a preparação das Bíblias políglotas, logo, dispensava a tradução da Bíblia para português. Por outra parte, a Inquisição lançava suspeitas a quem quisesse empreender. No rol dos livros proibidos, em 1547 e 1551 vem indicada a Bíblia em vulgar.

A primeira tradução autónoma do português, feita parcialmente sobre os originais, é a obra do missionário protestante João Ferreira de Almeida⁷ durante

⁶ A. A. Nascimento, "Língua portuguesa e mediações religiosas." *Revista ICALP* 14 (1988), 95.

⁷ João Ferreira de Almeida (1628–1691) Educado na Holanda, em 1642 entra na igreja reformada holandesa. Em 1644 inicia uma tradução dos Evangelhos e Actos de espanhol Para português que circula em cópias manuscritas. A partir de 1648 desempenha obra

o seu trabalho de evangelização no Ceilão, onde pertenceu à congregação calvinista. Para a tradução do NT serviu-se da tradução latina de Beza, e da castelhana de Cipriano de Valera, e ainda outros em francês e neerlandês. O processo da impressão do NT de Ferreira de Almeida foi posto em causa pelos censores holandeses, à contestação do autor, a impressão foi autorizada, mas só em 1693, dois anos após a morte do tradutor. A tradução dos livros do AT, inacabada por causa da morte de Ferreira de Almeida, foi concluída, um ano mais tarde, por Jacobus op den Akker. Após várias edições parciais, a edição completa do AT em português foi publicado na Batávia em 1748 e 1753. O juízo moderno sobre esta tradução, realizada em condições precárias e com fins pastorais e não científicos, reconhece-lhe, apesar de algumas infidelidades, a riqueza da linguagem.

A versão católica completa viria ter lugar pelo oratoriano Padre António Pereira de Figueiredo,⁸ entre 1778 e 1771. Não obstante alguns modismos e expressões eufemísticas, a sua elegância e fluência linguística explica a influência que exerceu nas traduções que a seguiram.

Quais eram os princípios aplicados por Pereira de Figueiredo na sua tradução? Eis como os revela na segunda parte do prefácio aos leitores do seu NT: *Do método e forma que guardei nesta versão do Testamento Novo...* [etc.] Figueiredo revela-se, por um lado, seguidor dos princípios de S. Jerónimo: "O bom Tradutor não se deve ligar servilmente às palavras do original, mas atender mais ao sentido do que às palavras.⁹ Por outro lado, revela-se filho do seu século, exigindo clareza e bom gosto na tradução, as leis "da clareza e da decência devem conduzir o bom Tradutor. Assim, pela indicação de Figueiredo "*omne masculinum adaperiens vulvam*" (Lc 2,23) traduz-se "todo o filho primogénito", ou "*inventata est in utero habens*" (Mt 1, 18.) – "achou-se que estava prenhe."

Ao exemplo de Jerónimo, e, não intencionalmente, de Lutero, Figueiredo declara a necessidade de a tradução ser orientada para a cultura de chegada, logo, a tradução tem de estar em conformidade com as regras e possibilidades da língua da chegada: "Segundo esta regra, ninguém duvidará que sem ofensa da verdade e da fidelidade, pode um bom Interpretar omitir na sua versão toda a palavra do Original, que não for de consequência, ... como são as várias partículas ... expletivas, que em todas as línguas só servem de ornato à oração."¹⁰

O objectivo declarado de Figueiredo é lançar, por meio da tradução, uma ponte sobre as distâncias espacio-temporais e linguísticas que separam as culturas de partida e de chegada: "exprimir o sentido dos escritores canónicos, não se-

missionária nas Índias Orientais Holandesas, continuando as suas traduções (Catecismo de Heidelberg, Livro da Liturgia da Igreja Reformada). Termina em 1767 a sua tradução do NT. Trabalha até a sua morte na sua tradução do AT que deixa inacabada.

⁸ António Pereira de Figueiredo (1725–1797) Teólogo, humanista português, membro da Congregação do oratório. Notabilizou-se pelos seus estudos filológicos (Novo método de gramática, latina, Observações sobre a língua), e pelas sua tradução da Bíblia, segundo a Vulgata.

⁹ J. A. S. Pinilla–M. M. F. Sánchez, *O discurso sobre tradução em Portugal: o proveito, o ensino e a crítica*. Lisboa 1998, 117.

¹⁰ Pinilla–Sánchez, *O discurso sobre tradução em Portugal*, 117.

gundo o génio e idiotismo da língua primitiva [i.e. de partida], mas segundo o pedia a natureza e propriedade da Língua do País em que compunham. De sorte que a palavra de Deus sim se lesse ou ouvisse nas suas versões pura e sincera, mas como palavra de Deus que já não se explicava em Hebreu, ou em Grego, ou em latim, mas nas outras línguas que hoje são vulgares na Europa."¹¹

Figueiredo defende a autenticidade da *Vulgata*, embora, como aponta, em alguns lugares tenha preferido o original grego. No entanto, acha aconselhável esclarecer, ponto a ponto, em notas de rodapé, as razões que o induziram a utilização do original ao lugar da *Vulgata* latina autorizada, o que nos leva a crer que a ocupação de tradutor bíblico nos meados do séc. XVII não era um trabalho sem riscos e perigos.

¹¹ Pinilla-Sánchez, *O discurso sobre tradução em Portugal*, 121.